

## ■ DOSSIÊ - ARTIGOS

# ■ Ensino médio em foco: a política pública de educação integral e profissional no estado de Pernambuco

 Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra\*

**Resumo:** O artigo aborda a implantação da Política Pública de Ensino Médio Integral e Profissional no estado de Pernambuco. O estudo traz marcos legais, o quantitativo de escolas implantadas, organização curricular, base filosófica e ações vivenciadas nas escolas de educação integral. Nesse estado, a Política Pública de Educação Integral implantada desde 2008, tem contribuído com os resultados educacionais obtidos em nível nacional, na avaliação do SAEB, por exemplo, o estado passou da 21ª posição em 2007 para 1ª posição em 2015. Propostas são apresentadas para a Secretaria Estadual de Educação, com o objetivo de fortalecer e expandir a Política Pública de Educação Integral no estado.

**Palavras-chave:** Educação Integral e Profissional. Ensino Médio. Pernambuco.

---

\*Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra é graduado em Agronomia e Licenciatura em Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Atualmente é Secretário Executivo de Educação Profissional - Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e Conselheiro Titular do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Contato: paulofvdutra@gmail.com

## Introdução

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, a educação escolar é composta de dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. O Ensino Médio representa a última etapa da educação básica, que pressupõe a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos educandos oriundos do Ensino Fundamental. Com a conclusão dessa etapa de ensino os jovens podem se inserir no mundo do trabalho ou dar continuidade aos estudos através do Ensino Superior.

No período de 2007 a 2010, o governo do estado de Pernambuco criou o Programa de Modernização da Gestão Pública, que estabeleceu para as Secretarias Estaduais de Saúde, Segurança e Educação um mapa estratégico com acompanhamento da Secretaria de Planejamento e Gestão e do governador. Para a Secretaria de Educação, foram definidos dez eixos estratégicos, dentre as metas pré-estabelecidas encontrava-se a criação do Programa de Educação Integral, instituído em 2008, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008 (PERNAMBUCO, 2008).

O referido programa priorizou a melhoria da qualidade da educação, tendo como uma das metas a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral.

A Secretaria Executiva de Educação Profissional, tem a função de cuidar dessas escolas integrais, dotada de autonomia administrativa e financeira, responsável pelos Programas de Educação Integral e de Educação Profissional.

Para dar sentido a essa política foram criadas as Escolas de Referência em Ensino Médio – EREM, que nada mais são que a transformação dos Centros de Ensino Experimental e das escolas regulares, de um único turno, em escolas com atendimento específico em ensino médio integral. Foram criadas também as Escolas Técnicas Estaduais – ETE, complementando assim a Política Pública de Educação Integral. Ambas voltadas para o ensino médio.

As Escolas de Referência em Ensino Médio - EREM apresentam matriz curricular voltada para o ensino propedêutico (formação geral) Integral e as Escolas Técnicas Estaduais - ETE oferecem o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em tempo Integral, funcionando, também, com a oferta da Educação Profissional, concomitante e subsequente ao Ensino Médio.

Atualmente, o estado possui 332 Escolas de Referência em Ensino Médio em funcionamento, contemplando todos os municípios do estado e 37 Escolas Técnicas Estaduais, em municípios com população igual ou superior a 40.000 habitantes. O Programa de Educação Integral fundamenta-se na filosofia da educação interdimensional, estudada pelo professor Antônio Carlos Gomes da Costa (COSTA, 2008), que defende a construção do ser humano na sua inteireza, ou seja, nas suas quatro dimensões: cognitiva, afetiva, espiritual e da corporeidade. Portanto, é fundamental a formação de todos os educadores nessa filosofia para a construção de escolas baseadas nessa concepção educacional. A essa filosofia, vem somar-se o planejamento estratégico aplicado à área educacional, experiência desenvolvida numa das escolas pela professora Ivaneide Lima (2011), que se propõe a trabalhar o planejamento estratégico aplicado às escolas, tendo essas instituições a obrigatoriedade de elaborar um Plano de Ação.

Este artigo culmina com a apresentação de propostas para a Secretaria Estadual de Educação, baseada nos resultados obtidos no estudo realizado em 2011, de pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, na Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja dissertação incluiu um estudo de caso com duas escolas, do universo de 103 Escolas de Referência em Ensino Médio com turmas de terceiro ano, tendo como referência a nota mais baixa e a mais alta do IDEPE<sup>1</sup> no mesmo ano. A referida pesquisa analisou a implementação da Política Pública de Ensino Médio Integral sob o ponto de vista da gestão escolar e apresentou um Plano de Ação Educacional com vistas ao aprimoramento da implementação dessa política. Assim, as propostas apresentadas são focadas em ações que fortaleçam, ainda mais, a expansão do ensino médio integral em Pernambuco.

## Panorama do Ensino Médio no Brasil

Com o processo de democratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a educação começou a ganhar um capítulo próprio e passou a ser definida como de direito de todos e dever do Estado. Ficou definido, ainda, conforme o artigo 211 da referida Constituição, que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem organizar os seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Assim, aos estados, cabe a responsabilidade de oferecer o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, quando os municípios não puderem assumir tal função.

É importante destacar que os entes federados precisam estar alinhados, sendo de responsabilidade da União sugerir políticas públicas que integrem as suas ações.

A característica da terminalidade do Ensino Médio significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. O educando passa a ter a possibilidade de prosseguir nos estudos e, ao mesmo tempo, preparar-se para o mundo do trabalho, vivendo efetivamente a sua cidadania. Podemos inferir que uma das possibilidades para que isso se garanta passa pela ampliação do tempo pedagógico, atrelado a um currículo que dialogue com o mundo do trabalho.

Verifica-se, assim, a complexidade dessa modalidade de ensino, já que é um momento decisivo no qual os jovens precisam se sentir mais seguros para fazer escolhas. Atualmente, essa etapa da educação possibilita ao jovem prosseguir os estudos ou entrar no mundo do trabalho.

Segundo dados do Censo Populacional IBGE, 2010 e micro dados do Censo Escolar de 2011, MEC/INEP, o Brasil atende a 8.401.829 milhões de jovens no Ensino Médio, dos quais 5.451.576 milhões encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos. A maioria das matrículas se encontra na rede estadual de ensino (84,9%), tendo as escolas privadas 12,7% dessas matrículas, as escolas federais 1,5% e as municipais 0,9%, portanto, é urgente pensar em políticas públicas que atendam a esses sujeitos na escola.

Analisando os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB<sup>2</sup>, nessa etapa de ensino, os índices alcançados refletem o problema na qualidade do ensino nas escolas de todo o país, já que estão muito aquém das exigidas

dos estudantes como indicadores de aprendizagem nas escolas de Ensino Médio, tendo em vista que na maioria dos estados brasileiros se exige uma média igual ou superior a 6,0 para que o estudante avance de ano de estudo. Também considerando a meta estabelecida para cada estado, em que foi definido que o Brasil deverá alcançar, neste índice, a média 6,0, em uma escala de zero a dez, até o ano de 2021. Pode-se afirmar que essa é uma meta desafiadora, já que atualmente o maior índice alcançado no Brasil é de 3,9, bem como o histórico de resultados entre os anos de 2005 e 2015, tais como os do estado de Santa Catarina e Pernambuco, que em 2015 alcançou a primeira colocação no ranking do país.

Os resultados alcançados pela rede estadual de Pernambuco, que passou da 21ª posição, em 2007, para 1ª posição, em 2015, comprovam que a oferta de Educação Integral constituiu-se uma alternativa para a melhoria da qualidade do ensino e consequente aumento da possibilidade de alcance da meta estabelecida.

Sendo assim, será analisada a implementação de experiências com escolas de tempo integral no Brasil, partindo de diversas concepções e contextos, além de demonstrar como essa possibilidade chega ao Ensino Médio.

## A Educação Integral no Brasil

A história da Educação Integral no Brasil teve como marco o movimento da Escola Nova, que ganhou notoriedade após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, quando se defendia a universalização da escola pública laica e gratuita.

De acordo com Sílvia Mota (2006),

a ideia de uma educação que pretende trabalhar com um aluno de forma integral surgiu com o movimento da Escola Nova e foi desenvolvida, principalmente por Anísio Teixeira, que além de elaborar alguns de seus princípios conceituais e práticos, constrói escolas modelos para consolidação desta educação (MOTA, 2006, p. 4).

Na década de 1950, na cidade de Salvador, Bahia, foi criada a Escola Parque, também idealizada por Anísio Teixeira. Essa escola experimental atendia a crianças nas séries iniciais e incluía em seu ensino ações de socialização. A partir daí, as atividades desenvolvidas na escola não eram apenas cognitivas, mas tradicionalmente vivenciadas através das práticas de aprendizagens não formais, dentre as quais atividades culturais e de lazer. Portanto, surgiu nesse momento a primeira experiência de Educação Integral no Brasil, de forma sistematizada.

Outra experiência importante para essa modalidade de ensino nos remete aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Segundo Ana Cavaliere (2009),

durante a década de 80 destacou-se no Estado do Rio de Janeiro o Programa dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), com escolas de tempo integral onde as crianças deveriam permanecer durante todo o dia participando de atividades curriculares variadas e recebendo alimentação e cuidados básicos. Era um modelo que previa a abertura da escola à comunidade (CAVALIERI, 2009, p. 52)

Tabela 1: Resultados do IDEB dos estados de Santa Catarina e Pernambuco de 2005 a 2015

Anos	Indicadores	Santa Catarina	Pernambuco
2005	IDEB	3,5	2,7
	Ranque	1	18
2007	IDEB - Projetado	3,5	2,7
	IDEB	3,8	2,7
	Ranque	1	21
2009	IDEB - Projetado	3,6	2,8
	IDEB	3,7	3
	Ranque	2	17
2011	IDEB - Projetado	3,8	3
	IDEB	4	3,1
	Ranque	1	16
2013	IDEB - Projetado	4	3,2
	IDEB	3,6	3,6
	Ranque	4	4
2015	IDEB - Projetado	4,4	3,6
	IDEB	3,4	3,9
	Ranque	6	1

Fonte: MEC-INEP (2015).

Os CIEP foram criados no governo de Leonel Brizola e idealizados por Darcy Ribeiro, defensor das ideias de Anísio Teixeira. A filosofia de Educação Integral foi colocada em prática em centros específicos para atendimento às crianças no Ensino Fundamental, nos anos iniciais, considerando a possibilidade de não apenas valorizar a construção do conhecimento, mas toda a estrutura da escola, que se preocupava com o bem-estar social da criança, na perspectiva nutricional, médica e de prevenção. Como ressalta Mota (2006, p. 4), “os CIEPs foram apresentados como a primeira experiência brasileira da escola pública de tempo integral”. Portanto, no Brasil, a visão que predominou foi aquela em que à escola cabia a preocupação com o indivíduo na sua integralidade, com relação às áreas de alimentação, saúde, cultura e lazer, além dos conhecimentos específicos de cada disciplina.

Surge, também, nessa mesma década, no estado de São Paulo, um Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), no qual as prefeituras realizavam parcerias com outras secretarias de estado ou organizações não governamentais a fim de complementar a formação das crianças, com a possibilidade de utilização de outros espaços que não os da escola.

De acordo com o professor Moacir Gadotti (2009, p.32), “as diversas experiências de Educação Integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no entorno) quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis”. Assim, compreende-se que não é apenas aumentar o tempo do estudante na escola, mas oferecer qualidade durante o período em que o educando se encontra no seu interior. Percebe-se, a partir dessa breve contextualização, uma preocupação com a Educação Integral no país.

A modalidade de ensino voltou ao debate público em 2007, com o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (MEC, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 (BRASIL, 2010). Tal programa se constitui como uma estratégia do Ministério da Educação para a construção da agenda de Educação Integral no país. O objetivo era viabilizá-la para o Ensino Fundamental, por meio de

atividades no contra turno das escolas que oferecem essa etapa da Educação Básica.

Para atender ao Ensino Médio, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 (MEC, 2009), o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que segundo integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ao lançá-lo, o MEC criou a Educação Integral para essa etapa, orientando a implantação de cursos com uma carga horária de 3.000 horas (MEC, 2009), ou seja, um acréscimo no seu ciclo de 600 horas, distribuídas no decorrer dos três anos.

O ProEMI ocorreu por adesão dos estados e somente naqueles que optaram pela sua implantação. O estado de Pernambuco aderiu ao programa no ano de 2010, implementando o programa, inicialmente, em 17 escolas. Em 2011, por solicitação da Secretaria Executiva de Educação Profissional, foram incluídas nesse programa, todas as Escolas de Referência em Ensino Médio e Escolas Técnicas Estaduais que faziam parte da Política Pública de Ensino Médio Integral, que trataremos na próxima seção.

### **A Política Pública de Ensino Médio Integral no estado de Pernambuco**

A partir dos resultados das avaliações externas, principalmente naquela que se refere ao Ensino Médio, o governo de Pernambuco resolveu, no ano de 2007, realizar um estudo do quantitativo necessário de escolas de ensino médio integral do estado que possibilitasse o atendimento a toda demanda de jovens nessa faixa de ensino. Em seguida, propôs a reestruturação dessa etapa da Educação Básica, apresentando uma Política Pública que modificasse as estruturas organizacionais da Secretaria de Educação do Estado.

A primeira experiência de Educação Integral para o Ensino Médio em Pernambuco surgiu em 2004, com a criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), de acordo com o decreto nº 25.596, de 1 de junho de 2003, com o objetivo de promover uma mudança significativa nos conteúdos, métodos e gestão dessa etapa de ensino (MAGALHÃES, 2008). Com o surgimento dessa escola, a função de gestor, que em todas as escolas estaduais era exercida por professores da própria rede estadual, passou a ser ocupada por cargos comissionados, tendo, portanto, a prerrogativa de não ser funcionário do quadro da rede estadual de ensino. O CEEGP subsidiou a criação de outros centros experimentais.

A criação do CEEGP constituiu-se na primeira parceria público-privada na área educacional do estado de Pernambuco, um convênio assinado entre o governo do estado e o Instituto de Co-responsabilidade da Educação (ICE), que coordenou a seleção de gestores, das equipes gestoras e professores e, ainda, identificou onde seriam instalados os novos centros. Essa experiência permitiu a criação de 20 centros experimentais de ensino.

No ano de 2008, no governo de Eduardo Campos, foi criado o Programa de Educação Integral, a partir da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que deu início à Política Pública de Educação Integral no estado (PERNAMBUCO, 2008). Ação que está alinhada à meta proposta pelo governo do estado de melhoria da qualidade do ensino e reestruturação do Ensino Médio.

Segundo Dutra (2014), das 51 Escolas de Ensino Médio do Programa de Educação Integral em 2008, 33 eram integrais, ou seja, atendiam aos estudantes durante cinco dias da semana em tempo integral (professores com jornada de 40 horas semanais) e 18 semi-integrais, oferecendo uma jornada integral durante dois dias da semana (professores com jornada de 32 horas semanais). Nos dois casos, o ingresso era apenas para os estudantes que iniciavam o primeiro ano do Ensino Médio, cabendo, a partir de então, às escolas darem continuidade aos estudos das séries posteriores que ofertavam no momento da mudança de concepção de ensino.

A integração entre o ensino propedêutico (formação geral) e a formação profissional tornou-se uma das características do Programa de Educação Integral, no qual se encontram as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e as Escolas Técnicas Estaduais (ETE). Ambas trabalham especificamente com Ensino Médio e funcionam com uma matrícula única e um currículo distribuído em três anos, com professores e estudantes em horário integral. É importante destacar que as EREM são voltadas para o ensino propedêutico e as ETE apresentam um currículo específico para a Educação Profissional, com habilitação técnica de nível médio em diversos cursos dos eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional.

A fundamentação teórico-metodológica da Política da Educação Integral de Pernambuco desenvolvida pelas escolas é baseada na Educação Interdimensional, filosofia defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa (2001). Para a sua implantação nas escolas pernambucanas, o conceito foi reestruturado pelo mesmo autor.

Sua proposta defende o desenvolvimento humano sustentado em quatro dimensões: o *logos*, o *pathos*, o *mythos* e o *eros*, ou seja, a racionalidade, a afetividade, a espiritualidade e a corporeidade (COSTA, 2008). Passa a perceber e a trabalhar com o educando compreendendo a integralidade e complexidade do ser humano.

Essa filosofia foi associada a algumas premissas do referencial teórico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados (TEAR), que aborda o planejamento estratégico aplicado às escolas que compõem o Programa de Educação Integral, tendo sido modelado e adaptado, de acordo com Ivaneide Lima (2011, p. 23), “espelhando-se nas concepções filosóficas da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), Tecnologia desenvolvida com o objetivo de gerenciar as empresas da Odebrecht e nos quatro pilares da Educação ou aprendizagens fundamentais contidas no relatório de Jacques Delors”. Ainda segundo a autora, “a formação permanente é um princípio inerente ao aperfeiçoamento pessoal e profissional de todos os educadores: gestor, coordenadores, professores e pessoal de apoio pedagógico e administrativo” (LIMA, 2011, p.92).

Dessa forma, os gestores, professores, cargos comissionados que ingressam nessas escolas, após aprovados em processo seletivo, participam de duas formações: uma voltada à filosofia da Educação Interdimensional e outra à Tecnologia Empresarial Aplicada a Resultados.

A análise da implantação Política Pública de Educação Integral mostra que iniciativas foram tomadas com o objetivo de promover a formação e prática da filosofia da Educação Interdimensional, além das formações acima descritas, segundo detalhado por Dutra (2014):

- a realização de atividades estratégicas, executadas pelas escolas, como a elaboração participativa da proposta curricular da Educação Integral;
- o acolhimento de novos estudantes;
- o monitoramento psicopedagógico presencial de resultados da aprendizagem;
  - a realização anual de fóruns de Educação Integral;
  - a avaliação institucional e do desempenho docente realizada semestralmente e
  - a realização anual da Mostra de Inovações Pedagógicas. (DUTRA, 2014, p.100)

Tais ações tem sido realizadas sistematicamente e outras ações estratégicas tem sido criadas e implementadas desde então, tais como: projeto Dialogando com os estudantes, que tem por objetivo fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes da Educação Integral e Profissional; o projeto Dialogando com professores, para apoio das escolas que participaram das avaliações externas; criação do Portal Avança Mais PE, ferramenta que vem sendo amplamente utilizada desde 2015 para implementar ações de formação em serviço, à distância, oferecer simulados e proporcionar troca virtual de experiências entre as escolas com a disseminação de boas práticas. Além do incentivo a diversos projetos em parceria com outras Secretarias e instituições cujo objetivo esteja de acordo com os objetivos do Programa de Educação Integral.

Em seguida descreveremos como essas escolas se transformam em Escolas de Referência em Ensino Médio.

### As Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) no estado de Pernambuco

As Escolas de Referência em Ensino Médio, também criadas pela Lei n.º 125, de 10 de julho de 2008 (PERNAMBUCO, 2008), consideraram a experiência dos 20 Centros de Ensino Experimental existentes. A partir da referida Lei, a organização e o funcionamento dessa rede de escolas passou a ter características específicas, relativas a critérios de implantação, duração da jornada escolar, carga horária curricular anual do Ensino Médio integral e semi-integral, condições de infraestrutura das escolas, composição, carga horária de trabalho e principais atribuições da equipe gestora e carga horária de trabalho, salário e processo de ingresso do professor no quadro docente da escola de Ensino Médio integral.

Quanto aos critérios de implantação, conforme Dutra (2014), como a maioria das escolas estaduais funcionava com turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, fez-se necessário o reordenamento da rede estadual, visando favorecer a conquista de identidade própria pelas escolas de Ensino Médio, que passaram a atender, preferencialmente, a estudantes dessa modalidade de ensino. Essas escolas, ao se tornarem Escolas de Referência, iniciavam a sua implantação oferecendo apenas o primeiro ano do Ensino Médio. Paralelamente, outras escolas foram destinadas apenas à oferta de Ensino Fundamental. Desse modo, tornou-se possível optar pela escolha de escola regular com oferta de Ensino Médio para transformação em Escola de Referência, desde que existisse, na proximidade, outra escola estadual, para a qual foram remanejados, progressivamente, os estudantes de Ensino Fundamental. No ano de 2008, a rede de Escolas de Referência contava

com 51 unidades, das quais 20 eram os antigos Centros de Ensino Experimental.

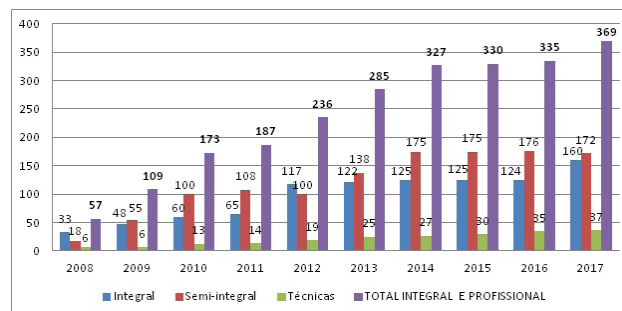
No que compete às condições de infraestrutura, foram estabelecidos padrões básicos para a rede física. As escolas são pensadas de acordo com a demanda do município para estudantes de Ensino Médio, podendo haver escolas com nove, 12, 15 ou 18 salas de aula, cinco laboratórios (Física, Química, Biologia, informática e Línguas), refeitório, biblioteca e quadra coberta.

Quanto à composição, carga horária de trabalho e principais atribuições da equipe gestora e corpo docente, pode-se apontar como característica que as diferenciam das demais escolas regulares a sua equipe de trabalho, que conta com um gestor, um educador de apoio, uma secretária e uma coordenadora de biblioteca. Para dar apoio à equipe gestora, foram criados quatro cargos comissionados de coordenação, sendo dois coordenadores de laboratórios (um de Ciências e um de Informática), um coordenador administrativo e um coordenador socioeducacional (PERNAMBUCO, 2008).

Atualmente, existem no estado de Pernambuco 332 Escolas de Referência em Ensino Médio, distribuídas nos 184 municípios e uma no distrito de Fernando de Noronha com atendimento em todo o estado. Destaca-se que em 2015, houve a transformação de uma Escola de Referência em Ensino Médio em Escola Técnica, assim, naquele ano, para manter o número das 300 EREM, foi publicado o Decreto 42.439 de 01 de dezembro de 2015, que cria a Escola de Referência Quilombola Vereadora Alzira Tenório do Amaral, de forma que o estado passa a contar com a primeira escola quilombola de educação integral. Já em 2016, com a adesão do estado de Pernambuco ao Programa de Fomento a Implementação de Escolas de Tempo Integral, criado através da Portaria Nº 1.145 de 10 de outubro de 2016, Pernambuco passa, a partir do ano 2017, a expandir a educação integral para mais 32 Escolas. O gráfico a seguir demonstra como se deu o histórico de implantação das escolas Integrais e Técnicas, já que essas últimas ofertam a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio em tempo integral.

A Política Pública de Educação Integral para o Ensino Médio no estado de Pernambuco surgiu quando a responsabilidade de oferta da Educação Profissional, que faz parte do Ensino Médio, era de competência da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. Na próxima seção, traçaremos um histórico da criação de uma secretaria executiva para responder pela Educação Integral e Profissional em Pernambuco, importante para a compreensão do desenvolvimento da Política Pública nas escolas do estado.

Gráfico 1 – Histórico da implantação das Escolas de Referência em Ensino Médio de 2008 a 2017



Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2017.



## A criação da Secretaria Executiva de Educação Profissional

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, os cursos técnicos tinham equivalência ao Ensino Médio, ou seja, ao antigo 2º grau. Com a promulgação do Decreto Federal nº 2.208/97, ocorreu a separação entre o Ensino Médio e os cursos técnicos, passando estes a serem ministrados da forma subsequente, ou seja, após o Ensino Médio, para aqueles estudantes que já o haviam concluído. Com base nesse Decreto, o estado de Pernambuco também passou a responsabilidade da Educação Profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, que começou a oferecer essa modalidade de ensino, exclusivamente, de forma concomitante e subsequente.

Com o Decreto Federal nº 5.154/08, que traz de volta a possibilidade da articulação entre o ensino propedêutico e a Educação Profissional, foram criadas as condições para que, no ano de 2009, o governo do estado indicasse novamente a Secretaria de Educação de Pernambuco para gerenciar a Educação Profissional, sendo criada, com isso, a Secretaria Executiva de Educação Profissional, com uma estrutura administrativa autônoma financeiramente. Essa, instituída por meio de Decreto Estadual nº 33.989/09, passou a compor o organograma da Secretaria de Educação.

O novo órgão teve como objetivo reorganizar o Ensino Médio e os cursos técnicos no estado que, a partir de 2010, passou a ofertar a Educação Profissional nas formas articuladas ao Ensino Médio, como prevê a Lei Federal nº 11.741/08, que trata da reforma dos artigos de 39 a 42 da Lei nº 9.394/96 - LDBEN, sobre a Educação Profissional. Concomitante através de oferta em Educação a Distância (EaD) e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio em tempo integral, nas ETE e no noturno, na forma subsequente, para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio, portanto o estado conta com ETE que ofertam a Educação Profissional em todas as formas previstas na legislação.

De acordo com Decreto nº 35.681, de 13 de outubro de 2010, que aprova o regulamento da Secretaria Estadual de Educação, é de responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação Profissional,

participar da elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Educação; elaborar, implantar e implementar a Política de Educação Profissional e de Educação Integral, de acordo com a legislação vigente e normas do Sistema Estadual de Ensino e do Conselho Estadual de Educação, nas diversas formas e na modalidade presencial e a distância visando ao atendimento das demandas sociais por educação e trabalho, em consonância com as políticas de governo; acompanhar e avaliar a oferta de Educação Profissional e Educação Integral no Sistema Estadual de Ensino; assegurar a expansão da Educação Integral e da Educação Profissional para todas as microrregiões do estado, atendendo as especificidades dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais; coordenar os processos, programas, projetos, procedimentos e ações desenvolvidas na política da Educação Profissional e Integral (PERNAMBUCO, 2010).

Portanto, é de responsabilidade dessa secretaria, integrar as Políticas de Educação Integral às de Educação Profissional.

Em 2008, ano da implementação da Política Pública de Educação Integral, foram organizados grupos de estudo com todos os professores, por disciplinas, para a elaboração da proposta curricular para essas escolas, a partir das diretrizes curriculares e documentos normativos da Secretaria Estadual de Educação e aqueles utilizados pelos Centros Experimentais de Ensino em funcionamento desde 2004.

É de suma importância, ao se analisar a implementação de uma Política Pública, se debruçar sobre o que está prescrito nos documentos sobre a política, pois são eles que orientam os gestores para a sua execução.

Os Centros de Ensino Experimentais funcionavam, no início, com gestores que ocupavam cargos comissionados, e a sua equipe. Atualmente, esses cargos são ocupados por professores da rede de ensino estadual, de qualquer área do conhecimento, participantes de seleção pública, obedecendo a critérios claros, definidos pelo Decreto Nº 38.103, de 25 de Abril de 2012 e pela Portaria SE Nº 040, de 03 de janeiro de 2013.

Dentre as atribuições do gestor escolar, é possível destacar o estímulo à participação coletiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e o acompanhamento do seu desenvolvimento; a consolidação do modelo de gestão para resultados, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação; a participação e o estímulo à participação de todos os educadores que compõem a escola no desenvolvimento da filosofia da Educação Interdimensional; o cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva; a disseminação das experiências exitosas para as demais escolas da rede estadual de ensino; o planejamento e a execução de programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa; a implantação do Projeto de Protagonismo Juvenil (previsto na Lei Complementar 125) e o comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos no âmbito das escolas, divulgando junto à comunidade a nova proposta de escola.

São orientações da SEEP para os gestores dessas escolas, ao implementarem a política, o incentivo a todos os educadores a participarem das formações em Educação Interdimensional e TEAR, adequando a matriz curricular às exigências da política. Orienta-se, ainda, que eles participem da seleção de todos os profissionais que dela farão parte, estimulando a pesquisa discente na escola e a participação nas formações continuadas e amostras articuladas pela secretaria, com o objetivo de estimular a construção do conhecimento entre os pares e de acompanhar o monitoramento pedagógico e a avaliação institucional, realizadas bimestralmente e semestralmente, respectivamente, nas escolas subordinadas a essa secretaria.

## As Escolas Técnicas Estaduais (ETE) no estado de Pernambuco

A integração entre o ensino propedêutico (formação geral) e a formação profissional é uma das características das Escolas Técnicas Estaduais, que atuam especificamente no Ensino Médio, funcionando com matrícula única e currículo distribuído em três anos, com professores e estudantes em horário integral. As ETE se organizam a partir de um currículo específico para a Educação Profissional, com habilitação técnica de nível

médio nos diversos cursos dos eixos tecnológicos. Atualmente, a rede oferta a Educação Profissional durante o dia, integrada ao Ensino Médio, em horário integral, e à noite, nas formas subsequentes (para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio). Além disso, funcionam como polos de Educação à Distância (EAD).

Todas as ETE oferecem a Educação Integral, sob as mesmas concepções e orientações de funcionamento das escolas de Referência em Ensino Médio. Sua estrutura obedece à sugerida pelo MEC por meio do Programa Brasil Profissionalizado, tendo sido 11 delas construídas com recursos desse programa, compostas por 12 salas de aula, cinco laboratórios, de informática, de línguas, de física, de química e de biologia e laboratórios específicos para cada curso oferecido.

A equipe gestora dessas escolas é semelhante às Escolas de Referência em Ensino Médio, sendo composta também por um coordenador para cada curso e um coordenador para intermediar a relação entre escola e empresa, responsável pela inserção dos estudantes ao mundo do trabalho.

No ano de 2009, quando a Secretaria Executiva foi criada, existiam apenas seis Escolas Técnicas Estaduais, com matrículas apenas nas formas de concomitância e, na sua maioria, subsequente. Em 2010, foram inauguradas mais sete ETE, já com oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em horário integral; a partir de então foi planejada a expansão gradual da rede de Escolas Técnicas Estaduais, de forma que em 2017 Pernambuco conta com um total 37 ETE.

Todas essas Escolas Técnicas Estaduais oferecem a educação profissional nas três formas previstas na lei, ensino médio integrado a educação profissional, o subsequente e o concomitante.

### Uma intervenção necessária

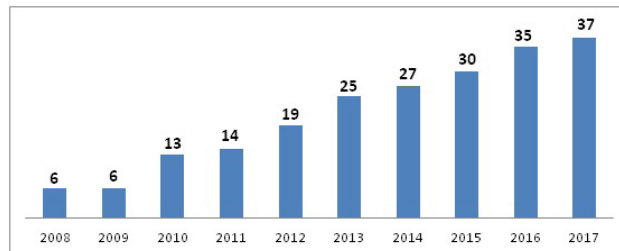
Ao analisar os resultados da pesquisa, com foco no contexto das duas escolas objeto do estudo a que se baseia este artigo, verificou-se que na implementação da Política Pública de Educação Integral as instituições educacionais seguiram as principais orientações da política, entretanto, faz-se necessário equacionar as dificuldades encontradas na implementação, quer seja no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, das Gerências Regionais ou das próprias escolas.

Nessa perspectiva, as ações que precisam ser realizadas demandam algumas mudanças na forma de tratar a implementação dessa Política Pública. Apesar do Plano de Ação Educacional ter sido construído a partir de uma realidade específica, pode-se dizer que os caminhos sugeridos poderão ser seguidos por outras escolas dessa mesma rede, ou quiçá, servir para outras redes, que por ventura queiram implantar uma Política Pública de Educação Integral.

Algumas dificuldades encontradas pelos gestores escolares apresentaram relação direta com questões pertinentes à Secretaria Estadual de Educação. Desse modo, apresentaremos, a seguir, algumas propostas de intervenções a serem consideradas pela SEE.

Como primeira ação, propomos a unificação das duas Secretarias Executivas responsáveis pelo Ensino Médio. Quanto os custos dessa ação, só poderão ser definidos a partir da reestruturação, podendo, inclusive, haver redução.

Gráfico 2 – Histórico da implantação das Escolas Técnicas Estaduais de 2008 a 2017



Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2017.

A segunda ação indicada é a ampliação para duas vezes ao ano a oferta de formações em Educação Interdimensional e TEAR, a primeira, envolvendo todos os educadores das escolas integrais e técnicos das GRE e a segunda, apenas os integrantes da equipe gestora.

A terceira ação recomendada é a manutenção da estratégia de seleção simplificada para ingresso no quadro docente das escolas integrais. Esse processo ocorre no início de cada semestre. A seleção é realizada por comissão formada por profissionais da SEE e das GRE e consta de estudo de caso, entrevista e análise de currículo, o que pode assegurar melhor qualidade de ensino, não implicando em custos adicionais, uma vez que as despesas com deslocamento e diárias estão previstas no orçamento da SEE.

Como quarta ação, nossa ideia é regulamentar o processo seletivo de gestor escolar, por um período de gestão, no mínimo, três anos para as Escolas Integrais. Ele deverá ser realizado por comissão composta por profissionais da SEE e das GRE, com participação de representantes de universidades públicas, em duas etapas: formação em gestão escolar e apresentação de Plano de Ação para a escola para qual o participante se candidatou, seguida de uma entrevista e análise de currículo. Garantindo a esse gestor selecionado um período não inferior a três anos a frente da gestão.

A última ação indicada é a inclusão no calendário escolar da SEE da Mostra Anual de Inovações Pedagógicas, um evento científico promovido pela SEEP, que objetiva estimular a pesquisa de docentes e discentes no cotidiano escolar.

### Considerações finais

Esse estudo focalizou o ensino médio, iniciando com um panorama da oferta dessa etapa da educação básica no Brasil e dos resultados educacionais obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que evidencia os problemas na qualidade do ensino ofertado em todo país e a evolução dos resultados educacionais obtidos pelo estado de Pernambuco.

Foi aprofundado o histórico de implantação da educação integral em nível nacional e estadual, trazendo além dos marcos legais, o processo de planejamento da implantação da Política Pública de Educação Integral, quantitativo de escolas implantadas, sua organização curricular, base filosófica e ações vivenciadas que contribuíram para significativa evolução alcançada pelo estado.

O trabalho possibilita compreender a importância da Política Pública, com foco no ensino médio para melhoria da qualidade

do ensino ofertado. A Política Pública de Educação Integral implantada em Pernambuco desde 2008, tem comprovadamente contribuído com os resultados educacionais obtidos em nível nacional nas avaliações externas, considerando que atualmente mais de 50% da demanda de ensino médio de Pernambuco é atendida por Escolas de Educação Integral e verificando a evolução nos resultados na avaliação externa adotada em nível nacional, o SAEB, em que Pernambuco passou da 21ª posição em 2007 para 1ª posição em 2013. Merece destaque também o fato de que o estado por dois anos consecutivos, 2013 e 2015, obteve a primeira colocação como o estado com menor taxa de abandono do ensino médio, segundo dados oficiais divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Além de resultados tais como os do ENEM de 2014, em que, das dez melhores médias obtidas por escolas públicas do Nordeste, seis são de Pernambuco. E os dados divulgados pelo Todos pela Educação, referente ao percentual de jovens com até 19 anos e que concluíram a educação básica, onde Pernambuco passou de 27,2%, em 2005, para 56,3%, em 2014, o que representa um crescimento de 29%, um dos maiores crescimentos do país.

As propostas apresentadas neste estudo buscam o fortalecimento e expansão da educação integral no ensino médio. Acredito que a implementação de tais propostas contribuirá para melhoria contínua dos resultados educacionais alcançados pelo estado e conseqüentemente para avanços na qualidade da educação pública brasileira. ■

## Notas

- <sup>1</sup> Indicador de qualidade da educação pública estadual, criado no ano de 2008, que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. Possibilita a implementação de medidas corretivas e um acompanhamento por parte dos gestores, com a possibilidade de uma intervenção mais rápida no processo. Para o cálculo do IDEPE, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar.
- <sup>2</sup> Indicador de qualidade da educação pública nacional que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada estado, para o Ensino Médio é calculado de forma amostral. Possibilita a implementação de medidas corretivas e um acompanhamento por parte dos sistemas das secretarias de educação. Para o cálculo do IDEB, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394, de 20 dez. 1996 Brasília, DF, p. 1. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 out 2012.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. De 5 de out. 1988. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 20 jan. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 11.741**, de julho de 2008. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm). Acesso em 20 jan. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Decreto 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em 20 jan. 2016.
- CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença**: da solidão ao encontro. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Educação**. (Coleção valores). São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.
- DUTRA, Paulo F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco: uma política pública de ensino médio**. Recife: Editora UFPE, 2014.
- GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- LIMA, Ivaneide Áurea A. P. **TEAR - Tecnologia empresarial aplicada à educação**: gestão e resultados. Olinda: Livro rápido, 2011.
- MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio**: Pernambuco, cria, experimenta e aprova. 1. ed. São Paulo: Abatroz: Loqui, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009**. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192) Acesso em: 20 jan 2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016**. Brasília, DF. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category\\_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49121-port-1145-11out-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 20 jan 2016.
- MOTA, Sílvia Maria Coelho. **Escola de tempo integral**: da concepção à prática. VI seminário da Redestrado - regulação educacional e trabalho docente. 2006. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/escola\\_de\\_tempo\\_int.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/escola_de_tempo_int.pdf) >. Acesso em: 16 de julho de 2012.
- PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 11 jul. 2008. p. 3.
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº 38.103, DE 25 DE ABRIL DE 2012. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 26 abr. 2012. p. 4.
- \_\_\_\_\_. Portaria SE Nº 040, DE 03 DE JANEIRO DE 2013. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 04 jan. 2013. p. 11.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 35.681, de 13 de outubro de 2010. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 13 out., 2010.